



LIVRO ELETRÔNICO

Banco Nacional de Desenvolvimento  
Econômico e Social (BNDES)

PAPEL DO BNDES NO  
DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

Analista

(Profissional Básico)

Papel do BNDES no desenvolvimento  
brasileiro: História política e  
econômica do Brasil e o papel do  
BNDES no desenvolvimento do país. O  
papel histórico do BNDES nos  
diferentes planos econômicos.  
Aula 02/02

Autor:

Maria das Graças Rua  
Alvaro Costa Jr.



## Sumário

.....	1
<b>1. O PAPEL HISTÓRICO DO BNDES NOS DIFERENTES PLANOS ECONÔMICOS: CONTEXTO POLÍTICO .....</b>	<b>2</b>
<b>2. A ECONOMIA BRASILEIRA PÓS-1990: ABERTURA, ESTABILIZAÇÃO, ECONOMIA E CRESCIMENTO ECONÔMICO.....</b>	<b>14</b>
<b>2.3.1 Fases de crescimento econômico brasileiro e fatores que contribuíram.....</b>	<b>21</b>
<b>2.3.2 Desafios e limitações para o crescimento econômico .....</b>	<b>23</b>
<b>3. O PAPEL DO BNDES NA TRAJETÓRIA RECENTE DA ECONOMIA E POLÍTICA DO BRASIL.....</b>	<b>26</b>

## **1. O PAPEL HISTÓRICO DO BNDES NOS DIFERENTES PLANOS ECONÔMICOS: CONTEXTO POLÍTICO**

Como indicado na Aula 01, chegou a hora de mergulhar na trajetória mais recente da política e da economia do Brasil, começando pela redemocratização e explorando os novos papéis que o BNDES passou a exercer.

### **1.1 Da Redemocratização até à crise política e econômica no segundo governo Dilma (2015-2016)**

Durante os regimes autoritários que se instalaram na América Latina nos anos 1960 e 1970, iniciou-se um processo de resistência democrática em diferentes esferas sociais, incluindo vários atores e instituições sociais. Esse processo – genericamente denominado “transição” – foi essencial para a volta à democracia, bem como para as conquistas<sup>1</sup> que marcaram a volta ao “Estado de Direito”<sup>2</sup>.

A transição pode ser definida como o intervalo entre um regime político e outro (e não apenas um governo e outro), que pode ocorrer de diversas formas, dependendo essencialmente da natureza do regime anterior e dos processos históricos de cada país. A transição pode assumir uma de três diferentes formas: (1) quando as elites do poder resolvem iniciar um processo de abertura; (2) quando grupos da oposição derrubam o regime ou este cai; (3) quando a democratização resulta de uma ação conjugada do regime e da oposição.

Ao tratar do processo de mudança dos regimes ditatoriais para a democracia, Guillermo O’Donnell distingue (...) *duas formas clássicas de transição: uma, rápida, com forte ruptura com o autoritarismo vigente, denominada **transição por colapso**; outra, lenta e gradual, segura para as forças até então no poder, fruto de acordo entre os setores conservadores no poder e as*

---

<sup>1</sup>A reorganização dos partidos políticos, do movimento sindical e do movimento estudantil, o recrudescimento das pressões civis pela punição aos militares e pelo reconhecimento oficial dos mortos e desaparecidos durante o regime, as reivindicações populares no ambiente de recessão econômica, dentre outras.

<sup>2</sup>Na década de 1980 mais de uma dezena de países latino-americanos viveram a transição democrática. Na América do Sul, por exemplo, o fim do regime militar ocorreu em 1982, na Bolívia; em 1983, na Argentina; em 1984, no Uruguai; em 1985, no Brasil, e em 1988, no Chile.

forças moderadas na oposição. Esta seria denominada **transição pactuada**. O primeiro tipo ocorreu na Grécia, Argentina e Bolívia. O segundo tipo (...) deu-se na Espanha, Chile e Brasil.

A transição brasileira apresenta três características.

(1) O processo de mudança, inicialmente chamado de “distensão política”, depois “política de abertura” e, por fim, “transição política”, foi *iniciado* pelos militares - mais especificamente por uma das suas correntes político-ideológicas - e não por pressão da sociedade.

(2) Esse processo teve sua natureza, andamento e objetivos também *determinados* pelos militares, que negociaram entre si e com os políticos civis.

(3) Essa mudança resultou da necessidade dos próprios militares resolverem problemas internos à corporação, e não de uma súbita conversão democrática de parte do oficialato.

Por tudo isso, fica claro que o Brasil teve uma “transição pactuada” na qual os membros do regime anterior não foram derrubados, mas negociaram as condições de sua saída do poder. É bem ilustrativo do caráter conservador da redemocratização brasileira, o fato de a responsabilidade pela transição democrática ter ficado a cargo de José Sarney, um dos políticos civis mais influentes da ditadura militar e que, apenas dez meses antes de se tornar presidente da República, era o presidente do partido de apoio ao regime militar<sup>3</sup>, a ARENA.

Por isso, há autores que sustentam ter havido uma quinta fase do regime autoritário, que seria, justamente, a de *transição* do regime autoritário militar para um regime liberal-democrático, tendo como presidente José Sarney (1985-1989). Outros autores, porém consideram que essa fase de “transição” seria a primeira da redemocratização, não somente por ter sido presidida por um civil, mas pelas diversas mudanças que apontariam nesse sentido, como:

---

Vitor Amorim de Angelo, Nova República: Transição democrática, Figueiredo e Tancredo Neves. IN <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/nova-republica-1-transicao-democratica-figueiredo-e-tancredo-neves.htm>

1) abril-maio de 1985: faleceu o presidente eleito Tancredo Neves e o vice-presidente José Sarney assumiu normalmente o poder, com apoio do Congresso Nacional; em julho de 1985 é aprovada uma emenda constitucional que restabelece eleições diretas para Presidente da República e a Lei nº 7.332/85 implantou uma reforma política que restabelecia a eleição direta para o governo de todos os estados e municípios que tinham perdido o direitos de eleger seus governantes, reconhecia o direito de voto aos analfabetos e legalizava todos os partidos políticos inclusive os partidos comunistas; também em 1985 se realizaram as primeiras eleições diretas, após o fim do regime militar, para as prefeituras das capitais e municípios de segurança nacional e estâncias hidrominerais

2) novembro de 1986 marcou a vitória do PMDB nas eleições gerais e sua hegemonia na Assembleia Nacional Constituinte; em outubro de 1988 foi promulgada nova Constituição Federal.

3) março de 1989 traz o início da campanha eleitoral para a Presidência da República, uma “eleição solteira”, ou seja para esse único cargo, na esfera federal, sem correspondentes nas esferas subnacionais, nem nos cargos legislativos ; dezembro de 1989 Collor de Mello vence a eleição presidencial.

Cabe ressaltar que esse período, geralmente denominado “transição democrática”, não levou necessariamente ao restabelecimento da democracia na sua plenitude: esse foi um processo muito lento, permeado de tensões, avanços e retrocessos. Por isso diversos estudiosos desse período utilizam o termo “**transição negociada**” para melhor traduzir as dificuldades, as pressões e concessões que configuraram complexos jogos políticos envolvendo diversos setores da sociedade, em cada caso<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup>Em alguns países, como o Chile, por exemplo, leis que imperaram durante o regime militar, mesmo após o fim deste continuaram em vigor durante muitos anos. Nessa mesma perspectiva podemos citar o Brasil, outro bom exemplo de “transição negociada”, onde só ocorreram eleições diretas para presidente em 1989, apesar dos militares terem perdido o controle da política desde 1985 e da grande mobilização civil em defesa da volta ao Estado de Direito.

A “consolidação democrática” brasileira, por sua vez, ocorreu em um quadro institucional peculiar. O cenário resultante da nova Constituição conjugou o presidencialismo como forma de governo, o federalismo como fórmula de relação entre o Estado central e as unidades subnacionais (MAINWARING, 1997), a coalizão política como fórmula de governabilidade (ABRANCHES, 1988), tendo por base um sistema partidário fragmentado (NICOLAU, 1996), pouco institucionalizado e demasiadamente regionalizado (ABRUCIO, 1998). Essa combinação institucional levou ao seguinte resultado: uma democracia eleitoral, um Executivo imperial e um regime congressional que atua ora como colaborador, ora como sabotador das iniciativas do Presidente, ator central do sistema político<sup>5</sup>.

A década de 1990 foi, de acordo com grande parte da literatura, o período da consolidação do regime liberal-democrático. Esse processo compreende os governos de Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), cujos principais fatos foram:

- 1) março de 1990: posse do Presidente eleito, Fernando Collor de Mello; anunciado o Plano Collor I; janeiro de 1991 foi anunciado o Plano Collor II.
- 2) dezembro de 1992 ocorre o *impeachment* do Presidente Collor; o vice-Presidente Itamar Franco assume a Presidência da República; julho de 1994 foi lançado o Plano Real.
- 3) janeiro de 1995: posse do Presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso; junho de 1997 foi aprovada a emenda que permite a reeleição do Presidente da República e dos titulares dos poderes Executivos estaduais e dos municípios com mais de 200.000 eleitores
- 4) janeiro de 1999: posse do Presidente reeleito, Fernando Henrique Cardoso – outubro-novembro de 2000: vitória dos partidos de oposição nas eleições municipais.
- 5) julho de 2002: início da campanha para as eleições presidenciais – janeiro de 2003: posse do Presidente eleito, Luís Inácio Lula da Silva.

---

<sup>5</sup>CODATO, Adriano Nervo. UMA HISTÓRIA POLÍTICA DA TRANSIÇÃO BRASILEIRA: DA DITADURA MILITAR À DEMOCRACIA. *Revista de Sociologia e Política* Nº 25: 83-106 NOV. 2005. <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n25/31113.pdf>

No primeiro mandato, Lula buscou demonstrar aos mercados e à população que ele e seu partido eram competentes para conduzir o país. Em particular, a política econômica adotada foi bastante conservadora. O presidente Lula organizou a administração, embora o crescimento econômico tenha sido moderado. Assim, todos os temores de que ele não teria capacidade para lidar com a área econômica foram dissipados (João Carlos Ferraz, economista, depoimento de 2012).

Lula assumiu o governo em um cenário de crise, com o desafio de retomar o crescimento econômico e corrigir as injustiças sociais, sem comprometer a estabilidade da moeda. A seriedade da crise econômica fez com que o governo concentrasse esforços em medidas estabilizadoras. A nomeação de figuras não tradicionais do PT, como Antônio Palocci, ex-prefeito de Ribeirão Preto, para o Ministério da Fazenda, e Henrique Meirelles, ex-diretor do Banco de Boston, para o Banco Central, sinalizou que o novo governo estava realmente disposto a cumprir os compromissos feitos durante a campanha.

O governo manteve a inflação sob controle, reduziu gastos orçamentários e superou a meta do superávit primário de 3,75% do PIB, atingindo 4,25%. A inflação caiu de 12,5% em 2002 para 9,3% em 2003 e continuou em queda nos anos seguintes. As medidas adotadas aliviaram as tensões do mercado e, em dezembro de 2003, o risco Brasil caiu para 463 pontos-base, em comparação com os 1.446 pontos-base de dezembro de 2002. No entanto, apesar dos ajustes, a economia permaneceu estagnada durante o ano, com quase todos os setores registrando quedas, exceto a agropecuária, que cresceu 5%.

Outro passo importante para conquistar credibilidade foi a continuidade das reformas estruturais iniciadas no governo anterior. As reformas tributária e previdenciária foram enviadas e aprovadas pelo Congresso Nacional. A proposta de reforma da Previdência Social surpreendeu a sociedade e enfrentou resistência, especialmente entre os servidores públicos, que foram diretamente afetados por seu conteúdo.

Entre as primeiras medidas adotadas, o novo presidente anunciou um projeto social voltado para a melhoria da alimentação das populações menos favorecidas, o Programa Fome Zero. Esta foi a primeira iniciativa do governo para enfrentar a concentração de renda que assolava o país. Os problemas provocados por um desenvolvimento desigual exigiam ações intensivas para corrigir antigas distorções, cujas raízes remontavam aos tempos coloniais.

Os bons resultados na economia incentivaram o Governo Federal a ampliar sua ação social. Em 2004, foi criado o Programa Bolsa Família (PBF), que unificou e aprimorou os programas anteriores de transferência de renda, como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação, Auxílio Gás e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Ao final de 2005, o programa já beneficiava 8,7 milhões de famílias. O salário mínimo, outro mecanismo de transferência de renda, registrou um aumento médio anual de 3,7% em 2004 e 7% em 2005.

Além dos benefícios imediatos para a população mais pobre e da melhoria na distribuição de renda, o PBF foi um dos fatores que impulsionou o mercado interno. O programa, aliado às políticas de aumento do salário mínimo e à expansão do acesso ao crédito, ajudou a impulsionar o consumo e a reaquecer a economia. Grande parte do crescimento econômico do país foi atribuída ao bom desempenho da demanda interna, sustentada por um aumento de 4,1% no consumo das famílias.

As exportações brasileiras também contribuíram para o crescimento econômico. O volume de produtos exportados continuou a crescer e o comércio exterior atingiu um novo patamar. Esse desempenho comercial se refletiu em sucessivos superávits em conta corrente. Em 2006, o saldo positivo foi de 13,5 bilhões de dólares, equivalente a 1,41% do PIB. Essa situação externa favorável colaborou para a redução dos indicadores de endividamento externo, como a relação entre a dívida total líquida e as exportações, que caiu de 2,7 em 2002 para 0,5 em 2006.

Na campanha eleitoral de 2006, Lula manteve altos índices de aprovação nas pesquisas de opinião e, no segundo turno, derrotou Geraldo Alckmin, do PSDB. O foco nos programas sociais, especialmente no Bolsa Família, e uma



política intensa de inclusão social foram fundamentais para garantir sua reeleição. Henrique Meirelles permaneceu à frente do Banco Central e Guido Mantega continuou no Ministério da Fazenda.

Diferente do início de seu primeiro mandato, o cenário externo em 2006 era muito favorável. Desde 2004, o otimismo gerado pelo crescimento mundial impulsionava o comércio global, com a economia chinesa surpreendendo o mundo. No Brasil, a estabilidade econômica estava consolidada, e o aumento da demanda e dos preços das commodities, em grande parte devido ao crescimento chinês, estimulou ainda mais a economia brasileira.

Com uma economia mais estável e competitiva, Lula decidiu reforçar o papel do Estado no desenvolvimento, lançando o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O PAC previa investimentos de 504 bilhões de reais para o período de 2007 a 2010, em áreas como transportes, logística, energia e infraestrutura social. Além de beneficiar todas as regiões do país, o programa contribuiu para a criação de empregos.

Para assegurar o crescimento acelerado e sustentável, o governo buscou envolver a iniciativa privada por meio de parcerias público-privadas. Essa concentração de investimentos visava melhorar as condições de vida da população. Durante esse período, outras boas notícias também impulsionaram a imagem do Brasil, como as descobertas de novos campos de petróleo na camada pré-sal pela Petrobras, e a escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014.

Dilma assumiu a presidência em janeiro de 2011, prometendo dar continuidade às ações do governo Lula, com foco na erradicação da pobreza e na manutenção do ciclo de crescimento econômico, o que incluía a continuidade dos programas sociais e do PAC. Ela também se comprometeu com a estabilidade econômica, mantendo Guido Mantega no Ministério da Fazenda e nomeando Alexandre Tombini para a presidência do Banco Central. Uma das primeiras medidas do governo Dilma foi aumentar a taxa de juros para controlar a inflação e assegurar o cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Além disso, cortes no orçamento da União foram realizados, totalizando uma redução de 36,2 bilhões de reais,

com a justificativa de combater as pressões inflacionárias e tentar suavizar a taxa básica de juros.

Em 2011, a inflação foi mantida sob controle, ficando dentro da meta de 4,5%, enquanto o PIB cresceu 2,7%. O mercado interno continuou aquecido, possibilitando a geração de dois milhões de empregos e contribuindo para a diminuição da desigualdade. A estabilidade monetária, a retomada do investimento, o crescimento econômico, a recuperação do emprego e o aumento real dos salários criaram condições para que o país avançasse em sua trajetória de desenvolvimento.

Nesse contexto, o Governo Federal lançou o Plano Brasil Maior em 2011, estabelecendo uma política industrial, tecnológica e de comércio exterior para os próximos anos. O plano tinha como objetivo reforçar o crescimento sustentável e inclusivo do Brasil em meio ao cenário internacional desfavorável, incentivando a inovação e a expansão do parque industrial brasileiro. A estratégia era mobilizar as forças produtivas do país para inovar, competir e alcançar uma posição melhor na economia global.

O segundo mandato da presidente Dilma Rousseff, iniciado em janeiro de 2015, foi marcado por um cenário político e econômico bastante conturbado. Logo após sua reeleição em 2014, Dilma enfrentou uma crise econômica caracterizada por recessão, aumento da inflação, elevação da taxa de desemprego e uma significativa perda de confiança dos mercados. Essa situação gerou grande insatisfação popular e um ambiente político desfavorável.

Dilma buscou implementar um ajuste fiscal para equilibrar as contas públicas, nomeando Joaquim Levy como ministro da Fazenda. Contudo, as medidas de austeridade propostas pelo ministro enfrentaram resistência tanto de setores do governo quanto do próprio Partido dos Trabalhadores (PT) e de sua base aliada, tornando a governabilidade cada vez mais difícil.

Paralelamente, os escândalos de corrupção envolvendo a Petrobras e a Operação Lava Jato passaram a atingir figuras-chave do governo e de partidos aliados, como o PMDB. A investigação revelou um esquema de corrupção

sistêmico, exacerbando a crise política e minando ainda mais a popularidade do governo.

O ambiente político foi intensificado pela oposição e pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, que adotou uma postura abertamente hostil ao governo. Em meio a um cenário de instabilidade, o pedido de impeachment de Dilma Rousseff foi acolhido por Cunha em dezembro de 2015, sob a justificativa de que a presidente havia cometido crimes de responsabilidade fiscal, em especial as chamadas "pedaladas fiscais".

Os meses seguintes foram marcados por intensos debates no Congresso Nacional e manifestações populares, com grandes mobilizações a favor e contra o impeachment. O processo avançou rapidamente e, em maio de 2016, Dilma foi afastada temporariamente do cargo pelo Senado para o início do julgamento.

Em agosto de 2016, o Senado aprovou definitivamente o impeachment da presidente Dilma Rousseff por 61 votos a favor e 20 contra, encerrando seu mandato. Michel Temer, então vice-presidente, assumiu a presidência, completando o mandato até 2018. O impeachment de Dilma representou um momento de grande turbulência política no Brasil, marcado por disputas partidárias intensas, polarização social e debates sobre a legitimidade do processo.

O governo de Jair Bolsonaro, que teve início em janeiro de 2019, foi marcado por profundas divisões políticas e uma abordagem governamental controversa. Bolsonaro, ex-deputado federal e capitão reformado do Exército, foi eleito sob uma plataforma de combate à corrupção, crítica ao que ele classificou como "velha política" e uma forte retórica conservadora, destacando valores tradicionais, a defesa da família e uma política de segurança pública rígida.

Na economia, o governo Bolsonaro adotou uma agenda de reformas liberais, liderada por Paulo Guedes, ministro da Economia. A reforma da Previdência, aprovada em 2019, foi uma das principais conquistas da gestão, com o objetivo de reduzir o déficit fiscal e garantir a sustentabilidade das contas

públicas. Houve também tentativas de promover privatizações e diminuir a participação do Estado na economia, mas muitos projetos enfrentaram resistência no Congresso.

A política ambiental do governo Bolsonaro atraiu críticas internacionais e internas devido ao aumento das taxas de desmatamento na Amazônia e às políticas consideradas desfavoráveis à preservação ambiental. A retórica do presidente, que frequentemente questionava dados sobre o desmatamento e adotava uma postura de confronto com ONGs e órgãos ambientais, gerou tensões com outros países, especialmente aqueles que apoiam o Acordo de Paris.

Durante a pandemia de COVID-19, o governo enfrentou fortes críticas pela maneira como lidou com a crise sanitária. Bolsonaro minimizou a gravidade do vírus em várias ocasiões, rejeitou medidas de isolamento social e defendeu o uso de medicamentos sem comprovação científica para o tratamento da doença. A postura do governo gerou conflitos com governadores e prefeitos, que adotaram medidas mais restritivas para conter a disseminação do vírus. Além disso, houve atrasos na aquisição de vacinas, o que impactou o combate à pandemia no país.

No campo político, o governo Bolsonaro foi marcado por uma forte polarização e conflitos constantes com outros poderes da República, especialmente o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF). Em meio a essas tensões, o governo buscou alianças com o chamado "Centrão" para aprovar medidas e se proteger de eventuais pedidos de impeachment.

Além disso, o governo enfrentou diversos protestos e manifestações contrárias a seu estilo de liderança e políticas. No entanto, manteve um núcleo de apoio fiel entre seus eleitores, que se identificavam com a retórica anti-establishment, conservadora nos costumes e crítica à grande mídia.

A proximidade das eleições de 2022 intensificou ainda mais as tensões políticas. Bolsonaro lançou dúvidas sobre o sistema eleitoral, criticando o processo de votação eletrônica e afirmando, sem provas, a possibilidade de fraude. Essa postura gerou preocupações sobre a estabilidade democrática do país e o respeito ao resultado das urnas.

De forma geral, a partir da década de 1990 até os dias atuais, a discussão pública e acadêmica sobre o Estado e da sua crise, tanto no Brasil como no mundo ocidental como um todo, esteve mais associada ao problema da eficiência dos gastos públicos e sua solução, a “reforma do Estado”, a uma perspectiva mais administrativa (ou “gerencial”)., enquanto, do ponto de vista político se discutia a “governabilidade”. De certa forma, a preocupação com as relações Executivo-Legislativo ou, mais propriamente, com a capacidade do Presidente de tomar decisões e implementá-la, sobrepôs-se às preocupações com o próprio poder Executivo.

Uma dimensão importante da herança institucional da ditadura militar para os governos da década de 1990 foi a permanência de núcleos de poder específicos no Estado brasileiro, dotados de grande independência e nenhum controle, nem político, ou seja, parlamentar, nem social.

Nos governos Cardoso (1995-1998; 1999-2002), houve três expressões desse fenômeno. Na área econômica continuou vigorando, assim como no arranjo ditatorial, o esquema do “superministério”, agora representado pela tríade Banco Central, Conselho de Política Monetária e Ministério da Fazenda.

Na área militar foram mantidos três “feudos burocráticos” intocáveis: o Gabinete de Segurança Institucional (antiga Casa Militar), a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN, antigo Serviço Nacional de Informações (SNI) e a Justiça Militar.

Por fim, na área “empresarial”, *i. e.*, naqueles aparelhos de Estado em que, por sua natureza ou competência, se administram os “interesses do mercado” (política de privatizações, política de transportes, de comércio exterior, de comunicações, de educação etc.), a regra foi o contato direto de representantes influentes do mundo dos grandes negócios com decisores estratégicos, mecanismo muito pouco transparente e que, a propósito do “regime autoritário”, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso (1975)

conceituou como “anéis burocráticos<sup>6</sup> e que hoje se aproximariam das chamadas *networks* ou redes.

Segundo Carlos Nelson Coutinho<sup>7</sup>, a redemocratização brasileira teria sido uma “transição fraca”. Havia um “risco contido nessa forma de transição relativamente ‘negociada’. Nela se verifica sempre (...) a combinação de processos ‘pelo alto’ e de processos provenientes ‘de baixo’; e, decerto, é o predomínio de uns ou de outros o que determina o resultado final”. Como naquela transição predominaram as forças do “alto”, ela “implicava certamente uma ruptura com a ditadura implantada em 1964, mas não com os traços autoritários e excludentes que caracterizam aquele modo tradicional de se fazer política no Brasil.

## 2. A ECONOMIA BRASILEIRA PÓS-1990: ABERTURA, ESTABILIZAÇÃO, ECONOMIA E CRESCIMENTO ECONÔMICO

A década de 1990 foi um período de transformações significativas e de reformulação no Brasil. Após décadas de instabilidade política e econômica, o país entrou em uma nova era, marcada por esforços de estabilização econômica, reformas estruturais e a consolidação da democracia.

Este ponto da apostila explora os principais eventos e políticas que definiram o Brasil nos anos 90, incluindo o Plano Real, que marcou o fim da hiperinflação, as privatizações e as reformas voltadas para a integração do Brasil na economia global. Analisaremos o impacto dessas mudanças no tecido socioeconômico do país, assim como os desafios e as oportunidades que emergiram nesse contexto. O entendimento dessa década é crucial para

---

<sup>6</sup>Arranjos de poder pelos quais a política não passa pelas instituições abertas da democracia (partidos, legislativo, etc) mas pela rede de relações que se formam entre empresários e burocracias do setor privado e burocracias públicas, que trocam privilégios e controlam o processo de decisão.

<sup>7</sup>COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 1992, pág. 50

compreender a trajetória subsequente do Brasil e as bases que foram estabelecidas para o seu desenvolvimento no século XXI.

## 2.1 O Plano Real

O Plano Real foi introduzido no governo de Itamar Franco, em 1994, como resposta a uma das maiores crises inflacionárias do mundo. Na época, a inflação no Brasil atingia taxas alarmantes, com aumentos de preços de até 3000% ao ano. Este período foi caracterizado por uma instabilidade financeira extrema, onde os preços eram constantemente remarcados.

Os governos anteriores de Sarney e Collor realizaram tentativas fracassadas de controlar a inflação. Com a ascensão de Itamar Franco à presidência, após a queda de Collor, Fernando Henrique Cardoso foi nomeado Ministro da Fazenda. Junto com uma equipe de economistas, incluindo Pedro Malan do Banco Central, eles desenvolveram um plano de ação econômica, publicado no final de 1993.

Em fevereiro de 1994, a equipe introduziu a Unidade Real de Valor (URV), uma espécie de "dólar virtual", como parte da estratégia para estabilizar a economia. Enquanto a inflação corroía o valor do cruzeiro, a URV permanecia estável. Em julho, a URV evoluiu para o Real, uma nova moeda lançada para romper com o ciclo da hiperinflação.

### **MEDIDAS DO PLANO REAL PARA ESTABILIZAR A ECONOMIA E CONTROLAR A INFLAÇÃO**

Introdução da URV e do Real.

O Banco Central do Brasil adotou uma política monetária rígida, com altas taxas de juros para conter a inflação.

Foram implementadas reformas estruturais, incluindo privatizações e a abertura da economia para o comércio internacional.

Inicialmente, o Real foi atrelado ao dólar, mas posteriormente adotou-se um regime de câmbio flutuante.

Houve um esforço para controlar o déficit fiscal, embora essa tenha sido uma área com resultados mistos.

**Com a introdução do Real, o Brasil experimentou uma estabilização da inflação e a valorização da nova moeda**, que inicialmente equivalia a um dólar. **Até 1998, a inflação caiu para níveis de países desenvolvidos**, mas isso veio com o **custo de altas taxas de juros, desestimulando o consumo e o crescimento econômico.**

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil mostrou um crescimento inicial promissor, mas desacelerou significativamente em 1998, em parte devido às crises econômicas na Ásia e na Rússia.

#### **OS IMPACTOS IMEDIATOS DO PLANO REAL QUE FORAM PREDOMINANTEMENTE POSITIVOS**

- 1. Redução da Inflação:** A inflação caiu de níveis estratosféricos para taxas mais gerenciáveis em um curto período.
- 2. Estabilização Monetária:** A introdução do Real como moeda estável ajudou a restaurar a confiança na economia.
- 3. Melhoria no Poder de Compra:** Com a estabilização dos preços, houve uma melhoria significativa no poder de compra da população.

#### **EFEITOS DE LONGO PRAZO DO PLANO REAL NA ECONOMIA BRASILEIRA**

- 1. Crescimento Econômico Moderado:** O Brasil experimentou um crescimento econômico moderado nos anos seguintes à implementação do plano.



**2. Problemas Estruturais Mantidos:** Desafios estruturais, como desigualdade e infraestrutura inadequada, continuaram a ser problemas persistentes.

**3. Dependência de Capital Estrangeiro:** A política de altas taxas de juros atraiu capital estrangeiro, mas também aumentou a dependência do Brasil em relação a esses fluxos financeiros.

**4. Desafios Fiscais:** O controle do déficit fiscal permaneceu como um desafio, com o Brasil lutando para equilibrar suas contas públicas.

**A queda nas exportações e o risco de recessão levaram a uma desvalorização acentuada do Real no início de 1999**, e a adoção de um regime de câmbio flutuante e metas de inflação pelo Banco Central.

**O Plano Real foi um marco** na história econômica do Brasil, **trazendo uma estabilização monetária significativa, mas enfrentou desafios na promoção do crescimento econômico sustentado.**

## **2.2 Abertura Econômica**

Após anos de políticas econômicas protecionistas e um cenário marcado por intensas turbulências monetárias, o Brasil, na década de 1990, embarcou em um ambicioso processo de abertura econômica. Esse período transformador na história econômica brasileira, foi marcado pelo alinhamento do país com as tendências globais de liberalização de mercados e integração na economia mundial.

Vamos explorar como, após a implementação do Plano Real e a estabilização da economia, o Brasil adotou políticas de liberalização comercial, reformas estruturais e privatizações, mudando significativamente o panorama econômico e empresarial do país.

A abertura econômica do Brasil no início dos anos 90 foi um movimento estratégico, influenciado por um conjunto de fatores internos e externos. Este processo foi parte de uma tendência global de liberalização e integração econômica, e respondeu a uma série de desafios enfrentados pelo Brasil na época.

A década de 1990 marcou o auge da **globalização econômica**. Com a queda do bloco soviético e o fortalecimento de instituições como a Organização Mundial do Comércio (OMC), **houve uma pressão global para a liberalização do comércio e dos fluxos de capital**.

**O fortalecimento de blocos econômicos** como a União Europeia e o NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte) **incentivou países em desenvolvimento a abrirem suas economias para não ficarem isolados no comércio global**.

**O Brasil**, até os anos 80, **seguia um modelo de substituição de importações, que limitava a competição externa**. Isso resultou em uma indústria nacional muitas vezes ineficiente e tecnologicamente atrasada.

**A crise econômica dos anos 80 e a hiperinflação exigiam reformas profundas para estabilizar a economia. A abertura econômica foi vista como um meio de atrair investimentos estrangeiros e modernizar o parque industrial.**

A redemocratização do Brasil criou um ambiente político mais propício à adoção de reformas econômicas liberais. O sucesso inicial do Plano Real em estabilizar a moeda aumentou a confiança na capacidade do governo de implementar reformas significativas, incluindo a abertura econômica.

Internacionalmente, as instituições financeiras internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, promoviam a liberalização econômica como parte de pacotes de ajuda financeira e reestruturação de dívidas.

**Esperava-se que a exposição à concorrência externa incentivasse as empresas brasileiras a se modernizarem e se tornarem mais**

**eficientes, aumentando** com isso **a competitividade**. A diversificação de mercados para os produtos brasileiros era vista como crucial para o crescimento econômico sustentável. A exposição ao mercado global obrigou as empresas brasileiras a melhorar a eficiência e a qualidade de seus produtos para competir com as importações.

Segundo **estudos do IPEA** e outros órgãos de pesquisa, **houve um aumento na produtividade de certos setores industriais. No entanto, a competitividade aumentada não foi uniforme em todos os setores.**

A abertura econômica visava atrair investimentos diretos estrangeiros, essenciais para o desenvolvimento tecnológico e a geração de empregos. A entrada de tecnologias e práticas de gestão internacionais, juntamente com investimentos estrangeiros, contribuiu para a modernização de setores industriais. A necessidade de atrair e manter investimentos estrangeiros levou à adoção de políticas macroeconômicas mais estáveis e previsíveis.

**Muitas indústrias nacionais, especialmente aquelas que não conseguiram competir, passaram por um processo de reestruturação, o que, em alguns casos, levou à redução de empregos.**

**O Brasil diversificou sua pauta exportadora**, passando a exportar mais produtos manufaturados e semimanufaturados, além das tradicionais commodities. **Houve um aumento significativo no volume total do comércio exterior, tanto de importações quanto de exportações.** Os dados do Ministério da Economia mostram um aumento significativo nas exportações de produtos manufaturados e semimanufaturados, além das tradicionais commodities, após a abertura.

A **entrada de capital estrangeiro também financiou melhorias na infraestrutura e nos serviços**, especialmente em telecomunicações e energia.

**A abertura econômica**, combinada com a reestruturação industrial, **resultou inicialmente em perda de empregos e aumento da desigualdade**, principalmente nas regiões mais dependentes de indústrias protegidas. Estatísticas do IBGE indicam um aumento na taxa de desemprego e na desigualdade de renda nos primeiros anos após a abertura.

Essa abertura econômica **também levou a um aumento dos fluxos de capital, mas também expôs o Brasil a crises financeiras internacionais**, como a crise da dívida externa nos anos 80 e a crise financeira asiática em 1997.

Foram implementadas reformas importantes, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, que ajudaram a melhorar a gestão das finanças públicas.

**Embora a abertura tenha contribuído para um crescimento econômico a curto prazo, o Brasil ainda enfrenta desafios para alcançar um crescimento econômico sustentável a longo prazo.**

O Brasil aumentou significativamente sua presença no cenário econômico global, participando de negociações comerciais importantes e integrando-se em cadeias de valor internacionais.

A abertura econômica do Brasil após 1990, portanto, desencadeou uma série de transformações profundas na economia. **O PIB brasileiro teve um crescimento variável nos anos seguintes à abertura**, com períodos de crescimento seguidos por estagnação, conforme relatado pelo IBGE.

Embora tenha trazido desafios significativos, especialmente em termos sociais e de reestruturação industrial, também **contribuiu para a modernização da economia, aumentou a competitividade das empresas brasileiras e integrou o Brasil de maneira mais efetiva na economia global**. Estes

impactos são complexos e continuam a influenciar as políticas e o desenvolvimento econômico do Brasil.

## 2.3 Crescimento Econômico

O crescimento econômico do Brasil tem sido caracterizado por períodos de expansão e estagnação, influenciados por uma variedade de fatores internos e externos. A história econômica do país revela uma trajetória de altos e baixos, onde cada fase de crescimento foi moldada por políticas específicas, mudanças no cenário global e investimentos em áreas-chave como infraestrutura e capital humano.

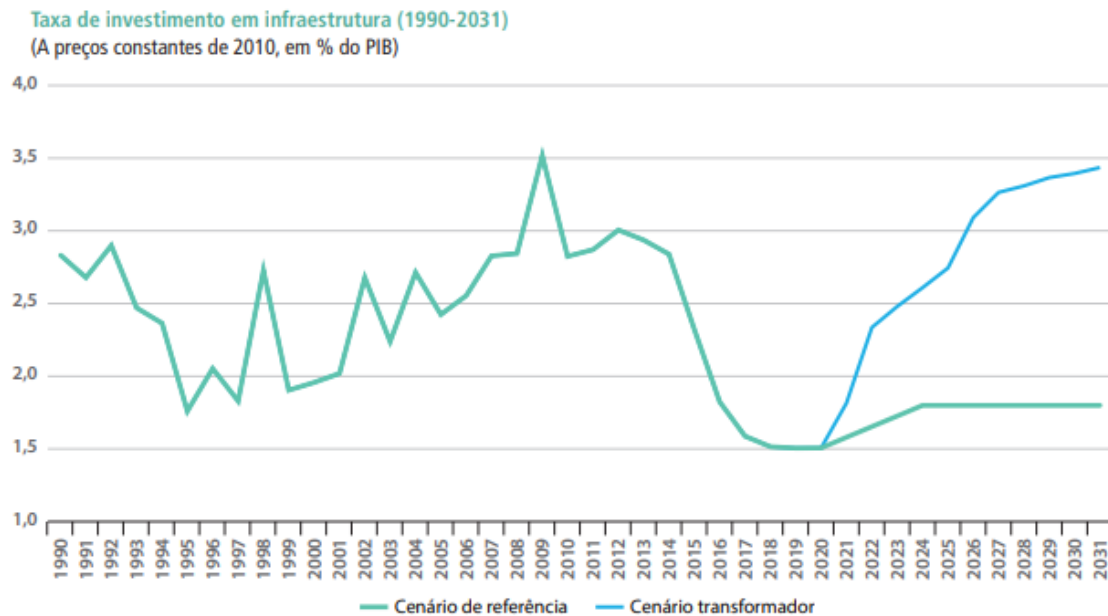
### 2.3.1 Fases de crescimento econômico brasileiro e fatores que contribuíram

A economia brasileira experimentou várias fases de crescimento significativo, cada uma com suas características e impulsionadores. Durante o período do **"milagre econômico" nos anos 1970**, por exemplo, o Brasil testemunhou **taxas de crescimento** impressionantes, **impulsionadas** em grande parte **pelo investimento estatal pesado em infraestrutura e industrialização**. No entanto, **esse crescimento veio com o custo de um aumento substancial da dívida externa e inflação**, que eventualmente levou a desafios econômicos na década seguinte.

As políticas econômicas adotadas ao longo das décadas tiveram um impacto direto no crescimento. **A adoção do Plano Real na década de 1990**, por exemplo, **ajudou a estabilizar a economia e trouxe um período de crescimento sustentável, embora moderado, com a inflação sob controle**. A estabilização monetária e as reformas estruturais, incluindo a privatização de empresas estatais e a liberalização do comércio, contribuíram para um ambiente mais propício ao crescimento econômico.

O **investimento em infraestrutura tem sido um dos principais motores do crescimento econômico** no Brasil. Projetos significativos em transporte, energia e telecomunicações não apenas estimularam o crescimento direto,

mas também melhoraram a eficiência da economia, facilitando o comércio e a indústria.



Fontes: Ipea e IBGE.  
Elaboração: Dimac/Ipea.

**O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007, é um exemplo de como o investimento governamental em infraestrutura foi usado para estimular o crescimento econômico.**

O **investimento em capital humano**, principalmente através da educação e treinamento, tem sido um fator crucial para o crescimento econômico do Brasil. Programas que visam melhorar a educação básica e o acesso ao ensino superior têm contribuído para aumentar a qualificação da força de trabalho, embora ainda haja desafios significativos na qualidade da educação e na formação de habilidades específicas para as necessidades do mercado.

Período	Características do Crescimento	Políticas e Investimentos	Desafios
Anos 70	"Milagre Econômico", alta taxa de crescimento	Investimento estatal em infraestrutura e industrialização	Dívida externa, inflação
Anos 90	Estabilização e crescimento moderado	Plano Real, reformas estruturais, privatizações	Dependência de commodities, desequilíbrios fiscais
Anos 2000	Crescimento com investimentos em infraestrutura	Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), investimento em educação	Qualidade da educação, infraestrutura insuficiente

Fonte dos dados: IPEA -Tabela de elaboração própria.

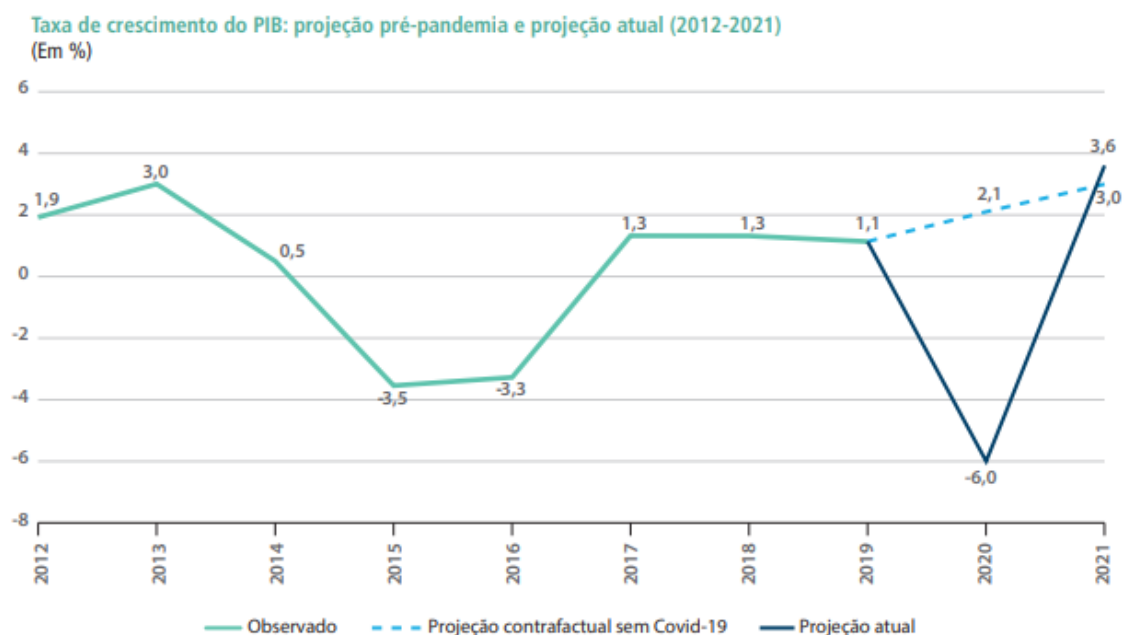
### **2.3.2 Desafios e limitações para o crescimento econômico**

Apesar desses períodos de crescimento, o Brasil enfrentou desafios recorrentes, incluindo desequilíbrios fiscais, corrupção, e uma dependência excessiva de commodities para exportação. Esses fatores, combinados com uma infraestrutura muitas vezes insuficiente e uma burocracia complexa, limitaram o potencial de crescimento do país.

### **2.4 Trajetória Recente: Anos 2000**

A economia brasileira nas últimas décadas tem sido marcada por uma série de altos e baixos, influenciada por fatores internos e externos, políticas econômicas e mudanças no cenário global. A partir do início dos anos 2000, o Brasil experimentou um período de crescimento econômico significativo, impulsionado em parte pelos altos preços das commodities no mercado mundial e por políticas internas de estímulo ao consumo. No entanto, este crescimento foi seguido por uma severa recessão econômica entre 2014 e 2016, agravada por crises políticas e escândalos de corrupção, resultando em altas taxas de desemprego e uma diminuição do PIB.

Com a estabilização da situação política e a implementação de reformas, como a reforma da Previdência, houve sinais de recuperação econômica, embora o crescimento permanecesse modesto. A pandemia de COVID-19 em 2020 trouxe novos desafios, causando uma contração econômica significativa, mas a economia começou a mostrar sinais de recuperação no ano seguinte, impulsionada por medidas de estímulo fiscal e monetário. A pandemia influenciou nas taxas de crescimento do PIB brasileiro, como demonstram os gráficos abaixo, ambos disponibilizados pelo IPEA:

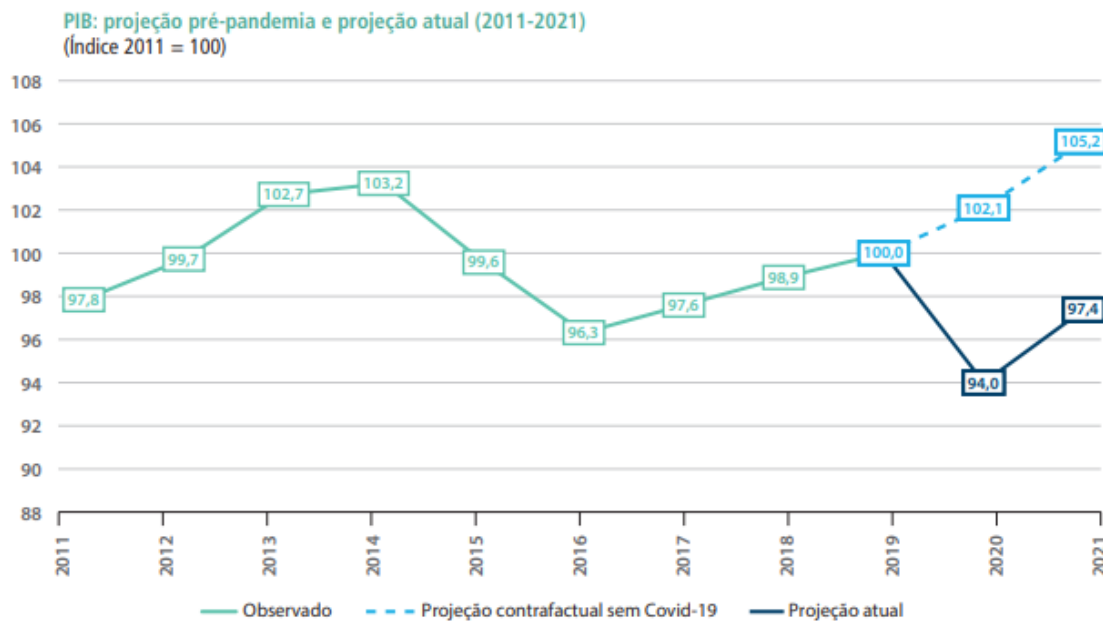


Fontes: Ipea e IBGE.

Elaboração: Dimac/Ipea.

Obs.: A previsão contrafactual sem Covid-19 foi feita na visão geral da Carta de Conjuntura nº 46, de março de 2020.





A economia brasileira é influenciada por uma variedade de fatores, incluindo a política interna, o ambiente de negócios, o investimento em infraestrutura e o cenário econômico global. As reformas estruturais, como as tributárias e administrativas, são consideradas essenciais para melhorar o ambiente de negócios e aumentar a competitividade do país. Além disso, o Brasil continua a enfrentar desafios relacionados à desigualdade social, à educação e à infraestrutura, que são fundamentais para o crescimento econômico sustentável.

Olhando para o futuro, existem tanto desafios quanto oportunidades para a economia brasileira. A continuação das reformas econômicas e políticas é crucial para garantir um ambiente de negócios estável e atrativo para investimentos. O potencial do Brasil em setores como tecnologia, energia renovável e agronegócio também oferece oportunidades significativas de crescimento. No entanto, o país precisa lidar com questões estruturais, como a melhoria do sistema educacional e a redução da burocracia, para aproveitar plenamente essas oportunidades.

Além disso, o cenário econômico global, incluindo as relações comerciais com parceiros chave e as tendências do mercado mundial, continuará a desempenhar um papel importante na economia brasileira. A capacidade do

Brasil de se adaptar a essas tendências globais e de se posicionar estrategicamente no mercado mundial será um fator determinante para o seu sucesso econômico futuro.

Aspecto	Detalhes
Tendências Econômicas Recentes	Crescimento impulsionado por commodities, seguido por recessão e recuperação modesta. Impacto significativo da pandemia de COVID-19.
Fatores Influenciadores	Política interna, ambiente de negócios, investimento em infraestrutura, cenário econômico global.
Desafios	Reformas estruturais, desigualdade social, educação, infraestrutura.
Oportunidades	Tecnologia, energia renovável, agronegócio.
Perspectivas Futuras	Necessidade de reformas contínuas, potencial em setores-chave, importância de adaptar-se ao cenário econômico global.

Fonte: Tabela de elaboração própria.

### 3. O PAPEL DO BNDES NA TRAJETÓRIA RECENTE DA ECONOMIA E POLÍTICA DO BRASIL

#### 3.1 O BNDES NO CONTEXTO DA REDEMOCRATIZAÇÃO: NOVOS AJUSTES

O BNDES reformulou sua metodologia de planejamento de longo prazo e elaborou cenários para a economia, lançando seu primeiro plano estratégico para o período de 1985 a 1987. Conforme as diretrizes desse plano, o BNDES deveria priorizar o setor privado, apoiando áreas de ponta como informática, microeletrônica, química fina, biotecnologia e novos materiais. Além disso, o plano focava na modernização e ampliação da capacidade produtiva e da infraestrutura econômica, bem como na expansão da fronteira agrícola.

Alinhado com o apoio a setores de alta tecnologia e visando atender às demandas da época, o BNDES criou, em 1986, o Programa Especial de Apoio

ao Setor de Informática (Proinfo) e o Programa Nacional de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PNPCH). O suporte a projetos de infraestrutura continuou, com investimentos para a expansão do metrô do Rio de Janeiro, a fase final da Hidrelétrica de Itaipu e os programas de modernização da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU).

Um destaque nesse período foi a primeira grande oferta pública de ações no Brasil, em 1985, com a venda de ações da Petrobras, provenientes da carteira do BNDES. A operação, no valor de 300 milhões de dólares, foi a maior já realizada no mercado de capitais brasileiro até então, envolvendo uma centena de instituições financeiras, e foi reconhecida pelo seu pioneirismo e sucesso.

Em 1987, o BNDES deu sequência aos estudos iniciados em 1984, que resultaram no Planejamento Estratégico 1985-1987, e lançou o novo plano estratégico para o triênio 1988-1990, focado no cenário da "Integração Competitiva". Esse plano visava aumentar a produtividade e modernizar as empresas brasileiras, de modo que pudessem competir e participar do mercado internacional. A diretriz central era a "integração competitiva do Brasil na economia mundial e a integração de mercados em nível nacional, superando as desigualdades sociais e regionais do país, configurando um novo estilo de crescimento da economia brasileira." A ideia era que um novo ciclo de desenvolvimento deveria começar sob a liderança do Estado, antecipando o cenário de um mundo globalizado.

No final da década de 1980, seguindo as diretrizes do planejamento estratégico do Banco, o BNDES iniciou um processo de privatização de empresas sob seu controle. Entre 1987 e 1989, a subsidiária BNDESPAR liderou a devolução dessas empresas à iniciativa privada, visando o equilíbrio financeiro do Sistema BNDES. Ao final desse processo, foram privatizadas 13 empresas, gerando recursos significativos, equivalentes a 539,4 milhões de dólares. Entre as empresas privatizadas, destacam-se a Aracruz Celulose, a Companhia de Tecidos Nova América, a Caraíba Metais, a Máquinas Piratininga do Nordeste, a Máquinas Piratininga S.A., a Sibra, Celpag e a Siderúrgica Nossa Senhora Aparecida.

Segundo o depoimento do engenheiro Márcio João de Andrade Fortes (2002), na época, o BNDES estava fortemente envolvido financeiramente com o setor estatal da economia, sendo dono de 23 empresas, incluindo uma participação de 35% na Eletrobras, na Rede Ferroviária Federal, na Nuclebrás, na Chesf e em Furnas. O Banco enfrentava dificuldades financeiras, chegando a um ponto em que não possuía recursos suficientes para pagar sua própria folha de pagamento em 1987. Essa situação só foi contornada com a privatização da Fábrica de Tecidos Nova América. Esse contexto levou o BNDES a adotar o Planejamento Estratégico de 1987, que redefiniu sua postura, tornando-o mais operacional para a nova fase de desenvolvimento brasileiro, na qual o país precisava se inserir na economia internacional.

Outro marco importante desse período foi a mudança na fonte de recursos do BNDES. A Constituição de 1988, por meio do artigo 239, estabeleceu que 60% da arrecadação do PIS/Pasep seria destinada a um programa de seguro-desemprego, inexistente até então no Brasil, e os 40% restantes seriam direcionados ao BNDES para aplicações em projetos que gerassem emprego e renda.

Em janeiro de 1990, foi criado o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), composto por recursos do PIS/Pasep e vinculado ao Ministério do Trabalho. O FAT assumiu um papel duplo: social, por meio do seguro-desemprego, e de desenvolvimento econômico, financiando projetos do BNDES. A criação do FAT garantiu uma fonte regular e segura de recursos para o Banco, que passou a empregar esses fundos para estimular a atividade produtiva no país. Durante esse período, as contribuições do FAT representaram cerca de 90% dos recursos do BNDES.

Em 1989, o BNDES criou a Área de Crédito, dedicada à realização de estudos de classificação de risco. Essa nova abordagem mudou a forma como o Banco realizava suas análises de projetos. A partir de então, os estudos passaram a avaliar não apenas os riscos associados aos projetos a serem financiados, mas também as chances de recuperação do crédito. Além disso, a análise foi ampliada para incluir o histórico do cliente. Essa nova metodologia tornou-se fundamental para o Banco, pois não apenas protegia os investimentos, mas

também contribuía para a manutenção dos empreendimentos e seus impactos, como a geração de empregos, arrecadação de tributos e desenvolvimento local.

Com a criação do novo fundo e os resultados das privatizações, o BNDES começou a recuperar sua capacidade econômico-financeira, retomando seu papel como agente de desenvolvimento.

### **3.2 Um novo papel para o BNDES [1990-1994]**

No início do governo Collor, o Sistema BNDES enfrentou um novo desafio ao assumir a liderança do Plano Nacional de Desestatização (PND), fornecendo suporte técnico, financeiro e administrativo, além de tornar-se gestor do Fundo Nacional de Desestatização. A experiência adquirida com as privatizações conduzidas pela subsidiária BNDESPAR durante o governo Sarney preparou o Banco para dirigir esse novo processo, que se mostrava mais complexo.

Conforme Licínio Velasco, o PND foi um programa altamente regulamentado. A Medida Provisória (MP) 155, de 15 de março de 1990, que instituiu o plano, foi elaborada com o auxílio de técnicos do BNDES e, um mês depois, foi convertida na Lei 8.031, passando por outras modificações e melhorias por meio de novas MPs.

Em 1991, o controle acionário da Usiminas, Usiminas Mecânica, Celma, Mafersa e Cosinor (as duas últimas controladas pela BNDESPAR) foi transferido para o setor privado através do PND. Entre 1992 e 1993, vinte empresas dos setores siderúrgico, petroquímico e de fertilizantes foram privatizadas, incluindo a CSN, Cosipa e Açominas. O modelo de venda utilizado no caso da Usiminas foi replicado em quase todas as privatizações realizadas posteriormente.

Nesse período, destaca-se o sucesso da privatização da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), uma empresa de capital misto e controle estatal, em 1994.

O BNDES também atualizou sua agenda, criando novas linhas de apoio à exportação para aumentar a presença de produtos brasileiros com maior valor agregado nas exportações. Em 1991, o Programa de Financiamento a Exportações de Máquinas e Equipamentos (Finamex), instituído em 1984, foi reformulado. No seu primeiro ano, apoiou apenas operações de "pré-embarque", que somaram quase 33 milhões de dólares e beneficiaram oito exportadores. No ano seguinte, o Banco abriu a linha para operações de "pós-embarque". Essas novas linhas de investimento foram fundamentais para o aumento dos desembolsos do BNDES no ano seguinte.

O mundo passava por mudanças, e a preocupação com o meio ambiente assumia grande importância no cenário internacional. Em 1992, ocorreu no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como Rio 92, onde foi assinado o Protocolo Verde. O BNDES participou do evento com o objetivo de compartilhar sua experiência no tratamento de questões ambientais com outros bancos federais, sendo uma das primeiras instituições a aderir à causa da proteção ambiental.

Entre 1990 e 1993, houve uma redução média de 15% nos desembolsos do BNDES e, apesar da transferência de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), foi registrada uma queda de 10% no montante de recursos disponíveis. O Banco passou a priorizar a rentabilidade na concessão de financiamentos, afastando-se de uma estratégia de desenvolvimento industrial. Setores como o agropecuário e o de papel e papelão tiveram um aumento em sua participação nos desembolsos do Banco. Além disso, o início da década de 1990 foi marcado pela redução das operações diretas do BNDES e pelo crescimento das operações indiretas, realizadas por meio de agentes financeiros, no âmbito da FINAME.

Ainda durante o governo Itamar Franco, em 1993, o BNDES elaborou o Programa Nordeste Competitivo, em parceria com o Ministério do Planejamento. O objetivo era investir na região cerca de 1 bilhão de dólares durante os três anos seguintes, estimulando o desenvolvimento local e a geração de empregos. Os recursos visavam beneficiar atividades como o

turismo, a produção de frutas para consumo interno e exportação, e a extração e preparo de pedras ornamentais, valorizadas no mercado internacional. Em seu discurso no lançamento do programa, o presidente Itamar Franco destacou a dívida histórica do Brasil com o Nordeste e afirmou que investir na região era atender a uma necessidade do país.

### **3.3 De volta ao crescimento [BNDES|1995|1998]**

No período do Plano Real, o Brasil retomou o crescimento econômico. Com a economia estabilizada, o país deixou para trás os problemas da década de 1980 que impediam seu desenvolvimento. A abertura econômica, uma das prioridades do novo governo, facilitou a entrada de investimentos estrangeiros, modernizando o parque industrial brasileiro. Esses investimentos, somados ao aumento das importações, contribuíram para a modernização e aumento da competitividade das empresas nacionais. O BNDES também cresceu nesse contexto, ampliando seus desembolsos e expandindo suas ações em áreas como o setor social, cultura e patrimônio histórico nacional.

O setor agropecuário foi um dos mais beneficiados, com destaque para a expansão da fruticultura irrigada no Vale do São Francisco e a produção recorde de grãos. Além disso, o Banco apoiou a expansão do setor automotivo, que se espalhou por diversas regiões do país com a chegada de novas montadoras.

O BNDES intensificou seu apoio a diferentes regiões por meio de programas específicos, como o Programa Nordeste Competitivo e o Programa Amazônia Integrada, destinados a estimular o desenvolvimento local, a vocação empresarial e a redução das desigualdades regionais. Na infraestrutura, o Banco apoiou projetos importantes como o Gasoduto Brasil-Bolívia, a Hidrovia do Rio Madeira e a modernização de portos e metrô.

No âmbito das privatizações, o BNDES teve um papel central, principalmente na venda de empresas do setor público. Entre 1995 e 2002, 38 empresas

foram privatizadas, gerando recursos significativos para o país. A privatização da Companhia Vale do Rio Doce, em 1997, foi especialmente controversa, levando a debates públicos e ações judiciais.

A privatização do Sistema Brasileiro de Telecomunicações, em 1998, democratizou o acesso aos serviços telefônicos no país. O número de linhas de telefonia fixa e móvel aumentou consideravelmente, e o BNDES teve participação ativa nesse crescimento, financiando investimentos no setor. Além disso, foram criados programas específicos de financiamento para estimular a fabricação de equipamentos de telecomunicações e a expansão dos serviços.

Mesmo com as polêmicas, os processos conduzidos pelo BNDES foram, em sua maioria, reconhecidos como adequados, contando com a fiscalização e aprovação do Tribunal de Contas da União (TCU). Entre 1994 e 1997, o Banco registrou uma expansão significativa de suas atividades, com desembolsos acumulando uma taxa de crescimento de aproximadamente 300%, atingindo cerca de 18 bilhões de reais.